

# **FUNÇÃO PÚBLICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, BRASIL**

Cristiane Neves de Oliveira<sup>1</sup>  
cnoliveira@uneb.br

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo geral abordar o papel da educação superior na formação de profissionais socialmente críticos, aptos a atuar como agentes para o desenvolvimento local. De forma mais específica explora a atuação da Universidade do Estado da Bahia- UNEB nos 19 territórios de identidade nos quais está presente. A partir de um estudo exploratório, bibliográfico e documental buscou realizar uma análise crítica sobre o tema. A guisa de conclusão observou-se que a universidade vem expandindo sua atuação em diversas regiões do estado, contribuindo para o desenvolvimento local, porém, questões de ordem financeira ligadas a sua abrangência territorial, podem estar interferindo diretamente na relação entre sua oferta e as potencialidades da região, apontando para a necessidade de uma discussão mais ampla sobre o tema.

**Palavras-chave:** Universidade pública; participação social; desenvolvimento local.

## **1 INTRODUÇÃO**

A educação é um fator preliminar e indispensável para o desenvolvimento socioeconômico de uma região, na medida em que o crescimento na área econômica, política e social se mostra dependente do nível educacional proporcionado à população.

O acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e da autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas, para que elas possam decidir sobre seu futuro. Educação constrói confiança, confere dignidade e amplia os horizontes e as perspectivas de vida (IPEA, 2017).

Segundo Gubiani et al. (2010), as Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham um papel importante no desenvolvimento local, tanto na perspectiva econômica pela melhoria da renda, como na social, pela melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse sentido, as universidades cumprem seu papel ao realizarem atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e a extensão de forma indissociável, princípios consagrados no art.207 da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Com efeito, se considerado que as Disposições Transitórias

---

<sup>1</sup> Mestrado em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação, Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas, Especialização em Administração Pública e Graduação em Secretariado Executivo. Servidora Pública da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Analista Universitária.

– DT, da CF/1988, art. 60, parágrafo único, apresentavam a ideia de expansão de universidades públicas em função de critérios populacionais, ao determinar: “Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição [...] as universidades públicas descentralizarão suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional”, percebe-se, que no Brasil coube às Universidades Públicas o papel de expandir a oferta de educação superior.

Por conseguinte, a expansão das universidades acabou por se constituir em um benefício do desenvolvimento e para o desenvolvimento. Ao passo que, a instalação em determinado município deveria ocorrer em função de critérios populacionais, ou seja, regiões mais proeminentes. E, de igual modo, essas universidades deveriam levar a essas regiões a possibilidade de formação profissional, desenvolvimento de pensamento crítico e produção do saber, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico.

Segundo Dowbor (2007), a mais efetiva formação do cidadão ocorre em seu próprio ambiente de cidades e proximidades onde cresceram, por articularem com aqueles que já conhecem e por concretizar instituições que fazem parte do seu cotidiano (DOWBOR, 2007, p. 15). Nessa perspectiva, convém salientar a importância do processo de interiorização da universidade brasileira para a fixação de profissionais em suas regiões de origem, contribuindo para o desenvolvimento local.

No estado da Bahia, a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, lócus deste estudo, criada em 1983, cuidou de expandir a oferta de ensino superior pelo interior do estado. E, atualmente se configura como uma das maiores universidades multicampi do Brasil, abrangendo diversas partes do território baiano, com 24 *campi*, em Centros Regionais de médio e grande porte e 29 Departamentos, sendo a sede na capital do estado (UNEB, 2017).

Buscando analisar a responsabilidade do poder público no nível de educação proporcionado à população e o papel da Universidade do Estado da Bahia no desenvolvimento local, por meio da descentralização de suas atividades, este estudo foi dividido nos seguintes tópicos: Educação Superior como Função Pública e Articulação da Universidade do Estado da Bahia com o desenvolvimento local. Para alcance dos objetivos propostos neste estudo, utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa documental e a bibliográfica, a partir de uma análise pormenorizada de textos publicados na literatura, artigos científicos divulgados em meio eletrônico e dados disponíveis no site da Universidade do Estado da Bahia- UNEB.

## **2 EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO FUNÇÃO PÚBLICA**

A Constituição Federal (CF/88) consignou avanços significativos na área educacional, assim como, manteve alguns direitos já assegurados nas Constituições que precederam, entre os quais, o acolhimento da educação como função pública, como direito de todos e dever do Estado e da família (art.205, caput, BRASIL, 1988).

Segundo Gallo (1988),

A educação foi, durante a maior parte da história, um assunto de âmbito privado, e não do público. A ingerência do Estado nas questões de educação começa a ganhar vulto a partir do século dezoito, concomitante com a ideia do desenvolvimento de sistemas nacionais de educação, ligados aos processos político-sociais de consolidação dos Estados nacionais europeus, instâncias que culminaram com o sistema de instrução pública instalado com a Revolução Francesa e que se estenderia depois pelo mundo.

No Brasil a educação e mais especificamente a educação superior, objeto deste estudo, passou a ser preocupação do Estado de forma tardia. Isso porque nos primeiros trezentos anos de colonização, as únicas iniciativas na área de educação foram a dos jesuítas, com o objetivo de realizar a catequese religiosa.

Conforme Fávero, algumas tentativas de criação de universidade se fizeram sem êxito ainda durante o período monárquico e mesmo após a Proclamação da República (1889). A autora ressalta que apesar da Constituição de 1891 ter mantido o ensino superior como atribuição do poder central, ainda que sem exclusividade, o surgimento da universidade apoiado em ato do Governo Federal foi postergado, dando espaço para a criação de algumas faculdades isoladas, que acabaram por deslocar, provisoriamente, a atribuição da órbita Federal para a dos Estados. (FÁVERO, 2006). Destaque-se que a agregação dessas diversas instituições criadas nos estados deu origem às universidades brasileiras, federais e estaduais.

As universidades públicas estaduais estão inseridas na estrutura administrativa do Estado. Essa inserção implica a assunção de funções e responsabilidades no desenvolvimento de políticas públicas do Estado, voltadas para o campo educacional. Para Cavalcanti (2012), “toda e qualquer política concretizada pelo Estado é considerada política pública, pois de alguma forma se relaciona com o poder público e seus recursos, sejam eles quais forem” (CAVALCANTI, 2012, p. 31).

LOPES; AMARAL; CALDAS (2008) dizem que as políticas públicas têm como finalidade direcionar as ações dos governos para áreas específicas e, acima de tudo, buscar soluções para os problemas enfrentados pela sociedade. Elas são consideradas a soma das ações, das metas e dos planos traçados pelos governos (da União, dos Estados e dos Municípios) para alcance “do bem-estar da sociedade e o interesse público”. Entre as diversas áreas de atuação dos

governos para atendimento das necessidades da população está a educação (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008, p. 5).

Neste sentido, pode-se citar o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), por meio do qual foram estabelecidas metas para o ensino superior, como, aumento no número de matrículas de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, elevação da titulação do corpo docente, entre outros.

De forma complementar, Palmeira (1996) observa que as políticas públicas podem se apresentar como a expressão do esforço dos setores populares da sociedade em subordinar os interesses de outros grupos às suas necessidades de melhorias, exercendo sua influência sobre o poder do Estado. Para a autora, é importante compreender que as políticas públicas não são apenas políticas que nascem como proposta do setor governamental, mas, também, quando as demandas populares defendidas em processos participativos transformam-se em políticas públicas, é porque a população atingiu um nível elevado de participação decisória (PALMEIRA, 1996, p. 163-164). Nesse sentido, a educação e o conhecimento são fatores indispensáveis para êxito das iniciativas populares.

Dowbor (2007) considera que “com o peso crescente das iniciativas locais, é natural que da educação se esperem não só conhecimentos gerais, mas também, a compreensão de como o conhecimento geral se materializa em possibilidade de ação no plano local” (DOWBOR, 2007, p. 18).

Nessa perspectiva, adquire especial relevância a expansão e qualificação das atividades das universidades públicas, pois ao se conceber o espaço no qual são desenvolvidas suas atividades, como um território, que apresenta vocações naturais e identidades culturais, a instituição necessita planejar suas atividades, de forma que essas se correlacionem com as atividades produtivas que tem mais chances de impulsionar o desenvolvimento local e regional.

Midlej e Fialho (2005, p. 172) analisando a relação existente entre universidade e região, entendem que:

A Universidade tende a ocupar uma posição fundamental [...], empreendendo processos de inovação tecnológica, de produção e difusão da ciência e cultura, ocupando lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico, qualificando os diferentes níveis de ensino do próprio sistema educacional, além de desempenhar uma pluralidade de funções em termos de formação acadêmica e profissional.

Considerando de forma mais ampla o território, como:

o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem certa identidade social/cultural (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p. 241).

Pode-se compreender o desenvolvimento territorial, como o somatório da atuação do Estado com a de atores locais na promoção de iniciativas voltadas para o desenvolvimento. Ao Estado cabe de uma forma geral o papel de fomentar políticas públicas, entre elas, a de proporcionar a expansão e manutenção das universidades estaduais, visando à integração das ações educacionais com as iniciativas da sociedade civil local.

No que tange a participação da sociedade civil na definição e implementação de políticas públicas, Dowbor (2007), diz que:

[...] É neste plano que desponta a imensa riqueza da iniciativa local: como cada localidade é diferenciada, segundo o seu grau de desenvolvimento, a região onde se situa a cultura herdada, as atividades predominantes, a disponibilidade de determinados recursos naturais, as soluções terão de ser diferentes para cada uma. E só as pessoas que vivem na localidade, que a conhecem efetivamente, é que sabem realmente quais são as necessidades mais prementes, os principais recursos subutilizados e assim por diante (DOWBOR, 2007, p. 19).

Do exposto, portanto, é pertinente pensar que fortalecer institucional e politicamente as universidades públicas, significa criar instituições que próximas da comunidade local podem contribuir para o desenvolvimento em escala territorial. Com efeito, o alcance dessas relações sociais está muito além das capacidades e alcances de uma instituição que atua isoladamente.

### **3 ARTICULAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

A partir de 1960, em virtude do intenso desenvolvimento do País e para que fosse possível atender a crescente demanda por profissionais habilitados para o exercício da docência no sistema de ensino público estadual na Bahia, surgiu à necessidade de criar escolas de educação superior para formação de professores no interior do estado (BOAVENTURA, 2009, p. 57). Nesse contexto, a Universidade do Estado da Bahia – UNEB originou-se a partir da junção de algumas dessas escolas, possibilitando o acesso ao ensino superior para populações em áreas geograficamente diversificadas do interior do estado.

O art.3º da Lei Estadual nº. 13.466 de 22/12/2015, que dispõe sobre a organização e funcionamento das Universidades Estaduais da Bahia e revoga a Lei Estadual nº. 7.176 de 10 de setembro de 1997, por intermédio da qual foram reestruturadas as Universidades Estaduais da Bahia, ressaltou a importância da interiorização, ao mencionar que:

Essas universidades têm por finalidade desenvolver a Educação Superior de forma harmônica e planejada, promovendo à formação humana e o aperfeiçoamento acadêmico, científico, tecnológico, artístico e cultural, o ensino, a pesquisa e extensão, de modo indissociável, voltada para as questões do desenvolvimento Socioeconômico, em consonância com as peculiaridades regionais. (BAHIA, 2015)

De acordo com Fialho (2005):

A interiorização da universidade brasileira por meio da abordagem multicampi foi particularmente importante para a Educação Básica, pois instituições com esse perfil têm assumido um papel essencial na formação e atualização de professores, suprindo carências desses profissionais em localidades distantes dos grandes centros urbanos (FIALHO, 2005).

A estrutura da Universidade do Estado da Bahia atualmente tem como base 29 Departamentos instalados em 24 campi, os quais estão presentes em 19 Territórios de Identidade do estado, reafirmando o papel da universidade de agente fomentador do desenvolvimento regional (UNEB, 2017). A implantação dos territórios de identidade é uma importante estratégia na implementação de políticas públicas, na medida em que tem como objetivo articular o direcionamento de recursos para os territórios, de acordo com prioridades definidas a partir da realidade de cada um.

Segundo a Secretaria de Planejamento da Bahia (SEPLAN), em 2010, reconhecendo a necessidade de descentralização e do envolvimento dos agentes locais como essenciais para o desenvolvimento, foram reconhecidos 27 Territórios de Identidade na Bahia, como divisão territorial oficial de planejamento das políticas públicas do Estado. Essa divisão busca identificar prioridades temáticas, definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões. A metodologia para essa divisão foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, sendo que as comunidades, por meio de suas representações, foram convidadas a opinar (SEPLAN, 2016).

Considerando que os campi da universidade estão instalados em 24 municípios distintos, e que cada campus é um bloco básico de construção do conjunto, sobre estes recai a responsabilidade de produzir impactos na realidade local, respeitando as peculiaridades regionais e oportunizando crescimento pessoal e profissional às populações locais, para alcance de sua missão institucional.<sup>2</sup>

Nesse sentido, a universidade possui um Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que tem por objetivo, impulsionar a implantação de uma cultura institucional fundamentada na

---

<sup>2</sup> Atuar dentro das prerrogativas de autonomia da instituição universitária, no processo de desenvolvimento do estado da Bahia, através da produção e socialização do conhecimento, voltado para a formação do cidadão, e solução dos grandes problemas regionais e locais, dentro dos princípios da ética, democracia, justiça social e da pluralidade etnocultural. (UNEB, 2013).

busca por excelência acadêmica e em efetiva contribuição com o desenvolvimento do estado da Bahia (UNEB, 2013, p. 16-17).

Entre os objetivos específicos, descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2013-2017 (UNEB, 2013, p. 16-17), destaca-se o de “ampliar o papel da Universidade no desenvolvimento sustentável, social, cultural e econômico nos municípios, regiões e no estado da Bahia como um todo”.

A partir de uma breve análise dos objetivos específicos do PDI – UNEB (2013-2017) foi possível identificar o comprometimento da universidade com o desenvolvimento local, nas mais diversas regiões do estado. Importante considerar que mesmo quando as ações de fortalecimento institucional se restringem a processos internos, o objetivo final é possibilitar a inserção qualificada da instituição no espaço público.

Com efeito, Santos (2006) enfatiza, que:

O desenvolvimento organizacional envolve primeiramente um “olhar para dentro” das organizações de forma que identifique mais precisamente suas limitações internas e potencialidades. Em seguida, inicia-se o planejamento do seu próprio processo de fortalecimento visando melhor inserção da organização no contexto local e o cumprimento, a bom termo, de sua missão e objetivos estratégicos. (SANTOS, 2006).

Sob essa perspectiva, Costa (2012) ressalta que o processo de interiorização do ensino superior reafirma a perspectiva de integração das universidades estaduais com questões regionais, como a sua maior potencialidade, por ser aí, onde mais fortemente se podem influenciar estruturas sociais, constituir capital social, mudar aos poucos uma cultura política, pois à universidade não cabe só formar profissionais, mas também gerar conhecimento, arte, cultura, identidade, valores (COSTA, 2012, p.196).

Em outros termos, a coerência sistêmica de numerosas iniciativas de uma cidade, de um território, depende fortemente de uma cidadania informada. A geração de conhecimentos sobre a realidade local e a promoção de uma atitude pró-ativa para o desenvolvimento, fazem parte evidente de uma educação que pode se tornar instrumento científico e pedagógico da transformação local, e não apenas o de servir como trampolim para que uma pessoa possa escapar da sua região (DOWBOR, 2007).

Pesquisas realizadas por Costa (2012) apontam, entre as principais mudanças ocorridas nas cidades e regiões onde se estabeleceram as Universidades Estaduais da Bahia, a mudança nas mentalidades e formação das lideranças políticas, seguido do desenvolvimento social, cultural e econômico da região. A autora salienta, ainda, que esses elementos ressaltam o papel da educação para a formação do sujeito e de sua capacidade de emitir julgamentos, pois favorece uma

compreensão dos fenômenos menos simplificada (ou alienada) e mais crítica e política (COSTA, 2012, p. 188).

Ressalta Costa (2012), também, que a universidade não assegura a promoção da justiça social, ela pode ser capaz de tornar as sociedades menos desiguais e mais integradas. A aquisição de conhecimento hoje, como dantes, é a condição indispensável para que as pessoas possam ter inserção social, seja no seu aspecto utilitário e visível, relacionado às habilitações, seja a partir de uma visão mais ampla dos valores, com relação ao conhecimento como base da cidadania a ser exercido em sociedades cada dia mais plurais, complexas, onde são construídos espaços de equilíbrios instáveis que envolvem conflitos e necessidades de negociação por parte dos atores (COSTA, 2012, p. 189).

Neste cenário, foram elencados no Quadro 1, os cursos de graduação presenciais e sua distribuição pelos territórios de identidade do estado, com o objetivo de traçar um perfil da expansão da UNEB e de sua inserção nos territórios de identidade.

**Quadro 1: cursos de graduação presenciais e sua distribuição pelos territórios de identidade do estado (2017)**

Departamento / Município	Cursos	Nome do Território
Departamento de Ciências da Vida - Campus I – Salvador	Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia Nutrição	
Departamento de Ciências Humanas - Campus I – Salvador	Ciências Contábeis, Direito História, Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, Letras - Língua Inglesa e Literaturas, Letras – Língua Espanhola e Literaturas, Administração Turismo e Hotelaria, Comunicação Social - Relações Públicas	Metropolitano de Salvador
Departamento de Educação - Campus I – Salvador	Pedagogia (Lauro de Freitas), Pedagogia Psicologia, Filosofia, Ciências Sociais	
Departamento de Ciências Exatas e da Terra Campus I – Salvador	Física, Jogos Digitais, Engenharia de Produção Civil, Urbanismo, Química Sistemas de Informação, Design	
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia Campus XIX – Camaçari	Ciências Contábeis , Ciências Contábeis, Direito	
Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais - Campus III – Juazeiro	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia Engenharia Agrônômica, Direito	Sertão do São Francisco
Departamento de Ciências Humanas - Campus III – Juazeiro	Pedagogia e Jornalismo em Múltiplos Meios	
Departamento de Educação - Campus II – Alagoinhas	Letras - Língua Inglesa e Literaturas Língua Francesa e Literaturas Língua Portuguesa e Literaturas História Educação Física	Litoral Norte e Agreste Baiano

Departamento de Ciências Exatas e da Terra Campus II – Alagoinhas	Engenharia Ambiental e Sanitária Sistemas de Informação, Ciências Biológicas, Matemática	
Departamento de Educação Campus XII – Guanambi	Pedagogia, Enfermagem, Educação Física Administração	
Departamento de Ciências Humanas Campus VI – Caetité	História, Letras - Língua Inglesa e Literaturas, Matemática, Letras - Língua Portuguesa e Literaturas Ciências Biológicas, Geografia	Sertão Produtivo
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia Campus XX – Brumado	Direito (Fora de Sede), Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, Direito	
Departamento de Educação Campus XIV - Conceição do Coité	Letras - Língua Inglesa e Literaturas Letras - Língua Portuguesa e Literaturas História, Comunicação Social - Rádio e TV	Sisal
Departamento de Educação Campus XI – Serrinha	Pedagogia, Geografia, Administração	
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia Campus XVI – Irecê	Administração, Pedagogia, Letras - Língua Portuguesa e Literaturas	
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia de Xique-Xique	Letras - Língua Portuguesa e Literaturas Engenharia de Pesca, Engenharia Sanitária e Ambiental	Irecê
Departamento de Educação Campus VII - Senhor do Bonfim	Matemática/ Ciências Biológicas/ Enfermagem/ Pedagogia/ Ciências Contábeis	Piemonte Norte do Itapicuru
Departamento de Ciências Humanas Campus IV – Jacobina	Educação Física/ Letras - Língua Inglesa e Literaturas/ Letras - Língua Portuguesa e Literaturas/ História/ Geografia/ Direito	Piemonte da Diamantina
Departamento de Educação Campus VIII - Paulo Afonso	Pedagogia/ Matemática/ Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena/ Engenharia de Pesca/ Direito/ Ciências Biológicas/ Arqueologia	Itaparica
Departamento de Educação Campus X - Teixeira de Freitas	Pedagogia/ Matemática/ Letras - Língua Portuguesa e Literaturas/ Letras - Língua Inglesa e Literaturas/ História/ Educação Física/ Ciências Biológicas	Extremo Sul
Departamento de Ciências Humanas Campus V - Santo Antonio de Jesus	Letras - Língua Portuguesa e Literaturas/ Letras - Língua Inglesa e Literaturas/ Letras - Língua Espanhola e Literaturas/ História/ Geografia/ Administração - Micro e Pequenas Empresas	Recôncavo
Departamento de Ciências Humanas Campus IX – Barreiras	Medicina Veterinária/ Pedagogia/ Matemática/ Letras - Língua Portuguesa e Literaturas/ Engenharia Agrônoma/Ciências Contábeis/Ciências Biológicas	Bacia do Rio Grande
Departamento de Educação Campus XIII – Itaberaba	Direito/ Ciências Contábeis/ História/ Letras - Língua Portuguesa e Literaturas/ Pedagogia	Piemonte do Paraguaçu
Departamento de Educação Campus XV – Valença	Pedagogia/Direito	Baixo Sul

Departamento Ciências Humanas e Tecnologia Campus XXI – Ipiatú	Letras - Língua Portuguesa e Literaturas/Administração	Médio Rio de Contas
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia Campus XVII - Bom Jesus da Lapa	Pedagogia/ Administração	Velho Chico
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia Campus XVIII - Eunápolis	Administração/ Turismo/ História/ Letras - Língua Portuguesa e Literaturas	Costa do Descobrimento
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia - Euclides da Cunha	Letras - Língua Portuguesa e Literaturas/ Engenharia Agrônômica	Semiárido Nordeste II
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia – Seabra	Comunicação Social - Bacharelado/ Letras - Língua Inglesa e Literaturas/Letras - Língua Portuguesa e Literaturas/Pedagogia	Chapada Diamantina

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Relatório de Atividades UNEB (UNEB, 2017).

É possível observar que a UNEB possui uma oferta considerável de cursos na área de Letras, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, mas já na área de Saúde e Engenharia essa quantidade é mínima, indicando que a oferta diversificada de cursos nos campi do interior, possivelmente, ainda está em fase de consolidação. Os dados levantados demonstraram que prevalece a formação de profissionais para a docência (licenciatura).

Dada à abrangência, percebe-se que a universidade proporciona oportunidades para retenção de uma grande parcela dos jovens em seus municípios de origem. Importante destacar, também, que a Universidade tem acordos de cooperação e convênios com órgãos públicos e empresas locais, no que tange as atividades relacionadas a estágios, pesquisas e extensão, estabelecendo parcerias com instituições que fazem parte do cotidiano dos seus estudantes.

Quanto à predominância de cursos de licenciatura, Fialho (2005), observa que uma característica relevante do tipo de configuração *multicampi*, é o perfil acadêmico da maioria dos cursos oferecidos nos campi universitários, em geral restritos a áreas de conhecimento que requerem menores investimentos na infraestrutura (laboratórios, por exemplo), [...] (FIALHO, 2005, p.74). Pelo levantamento percebe-se que decorridos alguns anos dos estudos de Fialho, o cenário não apresenta grandes modificações, mas já se podem vislumbrar avanços significativos.

A UNEB oferta, ainda, cursos de graduação e pós-graduação *Lato Sensu* na modalidade EaD, ampliando a possibilidade de acesso da população a uma educação superior, pública, gratuita e de qualidade. Assim, como, participa do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor), que é uma iniciativa conjunta do Ministério da Educação (MEC), universidades e secretarias de educação estaduais e municipais.

Quanto à oferta de cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* a abrangência está restrita a 06 (seis) territórios de identidade:

**Quadro 2: Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e Territórios de Identidade - UNEB (2017)**

<b>Campus</b>	<b>Nº de Programas /Cursos</b>	<b>Nome do Território</b>
Campus I – Salvador	1. Programa de Pós-Graduação em Química Aplicada – (PGQA)	Metropolitano de Salvador
	2. Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL)	
	3. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC)	
	4. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (GESTEC)	
	5. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA)	
	6. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistoria)	
	7. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física (ProfFísica)	
	8. Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas (PPGFarma)	
	9. Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN)	
Campus II –	1. Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica)	Litoral Norte e Agreste Baiano
	2. Programa de Pós-Graduação em História	
Campus III	1. Programa de Pós-Graduação em Agronomia – Horticultura Irrigada (PPGHI)	Sertão do São Francisco
	2. Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA)	
Campus IV	1. Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (MPED)	Piemonte da Diamantina
Campus V	1. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (PPGHIS)	Recôncavo
	2. Programa de Pós-Graduação Profissional em Letras (ProfLetras)	
Campus VIII –	1. Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Vegetal (PPGBVeg)	Itaparica
	2. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH)	

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Relatório de Atividades UNEB (UNEB, 2017).

Diante da abrangência territorial da universidade percebe-se que os cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* ainda possuem pouca expansão, estando distribuídos em 6 (seis) dos 24 (vinte e quatro) campi e dos 19 (dezenove) territórios de identidade nos quais a universidade está presente, com maior concentração na capital do estado – campus sede. Nesse sentido, Fialho (2005), observou em seus estudos que existe um entendimento, muito disseminado, de que, aos *campi* das cidades do interior, deve ser destinada, exclusivamente, a função ensino (de graduação), reservando-se, para os grandes centros urbanos [...], a pesquisa e o ensino de pós-graduação (*stricto sensu*), e que este entendimento, implica, no mínimo, questões de ordem legal e estatutária: ou se muda a legislação ou os *campi* do interior desrespeitam a lei, ao não serem capazes de atender ao princípio constitucional da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da

extensão (FIALHO, 2005, p. 75).

Assim como ocorre com o perfil dos cursos de graduação, já se percebe uma expansão da pós-graduação. Nesse cenário, há de se considerar que a universidade necessita de recursos públicos proporcionais a sua abrangência territorial. Chauí (2003) lembra que para entender a universidade pública por uma nova perspectiva, é preciso começar a exigir, acima de tudo, que o governo não veja a educação pelo aspecto do gasto público e, sim, como um investimento social e político, ou seja, segundo a autora, isso será possível somente quando esta mesma educação, for considerada realmente um direito e não um privilégio ou serviço.

Com efeito, uma maior contribuição da pesquisa, da extensão e do conhecimento produzido na universidade, precisa ser acompanhada de um financiamento proporcional, no contrário, o que ocorre é a concentração de cursos em áreas que necessitam de menores investimentos.

Por fim, percebe-se que o aumento e o uso eficiente de investimentos direcionados à educação são meios estratégicos para potencializar a expansão da educação superior pública e sua articulação com o desenvolvimento local.

## **4 CONCLUSÃO**

Compreende-se que a educação superior tem papel fundamental na formação de profissionais tecnicamente capacitados, socialmente críticos e aptos a transformar os conhecimentos adquiridos em possibilidades de ação no plano local.

Nesse contexto, a Universidade do Estado da Bahia - UNEB vem contribuindo de forma considerável por meio da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, atividades de extensão e convênios com instituições locais, em 24 municípios e cidades circunvizinhas no estado da Bahia.

Entretanto, apesar da educação superior pública ser um investimento social e político por parte do Estado, que contribui para o desenvolvimento socioeconômico de diversas regiões, percebe-se que questões de ordem financeira podem estar influenciando no perfil dos cursos e na expansão da pós-graduação nos 24 campi de atuação da universidade. Neste sentido é salutar que o Estado compreenda a função da educação superior pública.

Este estudo preliminar, portanto, fez uma abordagem geral sobre a contribuição da educação superior pública para impulsionar a participação do cidadão no desenvolvimento local. Considerando a abrangência dessa temática, propõe-se a complementação do estudo por meio de uma investigação mais aprofundada, com a utilização de indicadores socioeconômicos, que possa

evidenciar o impacto da educação superior no desenvolvimento dos territórios de identidade nos quais a Universidade atua. Apresentando, inclusive a relação entre os cursos ofertados pela universidade e o perfil dos territórios em que se encontram.

## **PUBLIC FUNCTION OF HIGHER EDUCATION AND LOCAL DEVELOPMENT: THE EXPERIENCE OF THE UNIVERSITY OF THE STATE OF BAHIA, BRAZIL**

### **ABSTRACT**

This work has as general objective to address the role of higher education in the training of socially critical professionals, capable of acting as agents of development of the local. More specifically, he explores the performance of the State University of Bahia - UNEB in the 19 identity territories in which he is present. From an exploratory, bibliographical and documentary study, a critical analysis about the theme was carried out. As a conclusion, it was observed that the university has been expanding its activities in several regions of the state, contributing to local development, however, financial issues related to its organic structure and territorial scope may be directly interfering with the relationship between its offer and the potential of the region, pointing to the need for a broader discussion on the topic.

**Keywords:** public university; social participation; local development.

### **REFERÊNCIAS**

BAHIA. Lei Estadual nº. 13.466 de 22 de dezembro de 2015. **Dispõe sobre a organização e funcionamento das Universidades Estaduais da Bahia**, revoga a Lei nº. 7.176 de 10 de setembro de 1997 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Salvador, BA, 23. dez. 2015. Disponível em: <<http://dovirtual.ba.gov.br/egba/reader2/>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei Estadual nº. 7.176/1997. **Reorganiza as instituições de ensino superior do Estado e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, Seção, 1, p. 10-13, 11 set. 1997.

BOAVENTURA, E. M. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador: Edufba, 2009.

BOLIGIAN, L.; ALMEIDA, R. D. de. **A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia**. In: **Ambientes: estudos de geografia**. (Org.). Lúcia Helena de Oliveira Gerardi. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003. p. 235-248.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 28 abril. 2017.

CAVALCANTI, P. A. **Análise de políticas públicas: O Estudo do Estado em ação**. Salvador: EDUNEB, 2012.

CHAUÍ, M. A Universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, set/dez 2003. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

COSTA, P. L. S. **Educação superior e desenvolvimento social no Estado da Bahia**: Um estudo sobre as universidades estaduais baianas. Brasília (DF). Ano 12, n.23, p. 171-204. 2012

DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento. **Revista de Administração Municipal - IBAM**. 2007 Disponível em  
<[http://www.apodesc.org/sites/documentos\\_estudos/arquivos/Desenvolvimento\\_Educação\\_e\\_Desenvolvimento\\_Local\\_Ladislau%20Dowbor.pdf](http://www.apodesc.org/sites/documentos_estudos/arquivos/Desenvolvimento_Educação_e_Desenvolvimento_Local_Ladislau%20Dowbor.pdf)>. Acesso em: 23/06/2017.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**. Curitiba, n. 28. Editora UFPR. 2006.

GALLO, S. **A educação pública como função do Estado**. São Paulo, SP:, 1988.

GUBIANI, J. S. ; MORALES, A. B. T. ; SELIG, P. M. ; LOPES, L. F. D. Atividades das Universidades e o impacto no desenvolvimento regional. IN: XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2010, São Carlos, **Anais...** São Carlos: ENEGEP, 2010.

FIALHO, N. H. **Universidade multicampi**. Brasília, DF: Plano Editora, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Desenvolvimento humano, IDH e IDHM**. Brasil: IPEA, 2017. Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/141125\\_atlas\\_introducao](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_introducao)

LOPES, B.; AMARAL, J. N. (superv.); CALDAS, R. W. (coord.). **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE-MG), 2008. 48 p. Disponível em:  
<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%20C%20ABLICAS.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2017.

MIDDLEJ, M. M. B. C. e FIALHO, N. H. Universidade e região. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista. n. 1, p. 171-189, 2005.

PALMEIRA, Natureza e conteúdo das políticas públicas na atualidade. **Revista FAEBA/UNEB**. Salvador, Ano 5, n. 6, jul./dez., 1996.

SANTOS, A. D. **Estratégias metodológicas para o fortalecimento de espaços públicos** Metodologias Participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Peirópolis, 2006. v. 1.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA. **Territórios de identidade**. Salvador: Seplan, 2011. Disponível em:  
<<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA . **Relatório anual de atividades 2017**. Salvador: Uneb/Proplan, 2017. Disponível em:  
<<http://www.uneb.br/proplan/files/2010/06/RAA2017.pdf>>. Acesso em: em: 11 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2013-2017**. Salvador: Uneb/Proplan, 2013a. Disponível em: <[http://www.Uneb.br/proplan/files/2013/07/PDI-2017\\_WEB.pdf](http://www.Uneb.br/proplan/files/2013/07/PDI-2017_WEB.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2013.

Recebido em 20 de maio 2018. Aprovado em 27 de agosto de 2018.